



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 79/2025

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi **VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** o Projeto de Lei nº 4767/2025, que *"dispõe sobre a **obrigatoriedade de afixação de cartazes** informativos nos estabelecimentos públicos e privados do Município de Porto Velho sobre a prioridade especial aos idosos com mais de 80 (oitenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 13.466, de 12 de julho de 2017"*.

Consultada, a Procuradoria Geral do Município opinou no seguinte sentido:

"De acordo com o art. 42, § 1º da Constituição Estadual de Rondônia, o Governador (Prefeito), **vetará projeto de lei** quando considerar **inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente**

Art. 42. O projeto de lei, se aprovado, será enviado ao **Governador do Estado**, que, aquiescendo, o sancionará. § 1º Se o **Governador do Estado considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente**, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos do veto ao Presidente da Assembleia Legislativa.

Nesse sentido, o veto é **político**, quando a matéria é considerada contrária ao interesse público; **jurídico**, se entendida como inconstitucional; ou por ambos os motivos – **inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público**.

Logo, analisando os artigos 1º a 3º do projeto de lei nº 4767/2025, chega-se à compreensão que o texto aprovado pela Câmara Municipal é inconstitucional por violação ao **Princípio da Reserva Administrativa**, núcleo central do Princípio da Separação e Harmonia entre os Poderes (art. 2º CF; art. 7º; 39 CE/RO), incorrendo assim em **Inconstitucionalidade Formal**.

Consequente a isso o texto legislativo, cria para o Poder Executivo Municipal e iniciativa privada a **obrigatoriedade de confeccionar e afixar, em locais visíveis ao público, cartazes com texto e dimensões definidas pelo Legislativo por meio do PL (art. 2º)**.

Desse modo, resta configurada a violação dos seguintes dispositivos da Constituição e por simetria a CE/RO e Lei Orgânica do Município de Porto Velho, vejamos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CF

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o **Legislativo, o Executivo e o Judiciário**.

(...)

Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

b) **organização administrativa** e judiciária, matéria tributária e **orçamentária, serviços públicos** e pessoal da administração dos Territórios;

CE/RO

Art. 7º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o **Legislativo, o Executivo e o Judiciário**.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, **é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro**.

(...)

Art. 39. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

d) **criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo**.

LOM/Porto Velho

Art. 4º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o **Legislativo e o Executivo**.

(...)

Art. 65. (...)

(...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

IV - **criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Pública Municipal**.

Conforme mencionado em linhas pretéritas o Projeto de Lei apesar de autorizativo, invade a competência do Poder Executivo, tendo em vista, que o pleito adentra a seara da Administração Pública, da alçada exclusiva do Prefeito, violando sua prerrogativa de analisar a conveniência e oportunidade das providências que a lei quer determinar, bem como adentra na seara Privada, ferindo preceito constitucional, veja:

Art. 174. Como **agente normativo e regulador da atividade econômica**, o **Estado** exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este **determinante** para o **setor público** e **indicativo** para o **setor privado**. (Vide Lei nº 13.874, de 2019).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

No âmbito jurisprudencial, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia tem o seguinte entendimento:

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Ordinária n. 2.603/2019 do Município de Porto Velho. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal configurada. Dos comandos normativos da lei impugnada, constata-se que ao elaborar a Lei Ordinária Municipal n. 2.603/2019, **o Legislativo Municipal autorizou a instalação de placas em logradouros públicos, próximo a áreas de risco ou de prática ao suicídio (art. 1º), como autorizou que pessoas físicas ou jurídicas sejam patronas das respectivas placas, tendo em contrapartida, o direito de divulgar suas marcas nas próprias placas (art. 1º, inc. I), configurando usurpação de competências do órgão da Administração Pública municipal, pois dispõe sobre a forma como determinada política pública será efetivada.** Referida lei cria atribuições, obrigações, para o Poder Executivo Municipal, atribuindo-lhe responsabilidades pela as instalações de placas patrocinadas por pessoas físicas ou jurídicas, em logradouros públicos ou em proximidades de áreas com risco de práticas suicidas. **Qualquer ato de interferência do Poder Legislativo na estrutura, organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, além de implicar em vício de iniciativa, implica também em violação ao princípio da separação dos poderes, contaminando o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal.** DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0800056-45.2022.822.0000, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Tribunal Pleno, Relator(a) do Acórdão: Des. Rowilson Teixeira, Data de julgamento: 14/10/2022.

Deste modo, Senhor Procurador-Geral, encontramos óbice jurídico (constitucionalidade e legalidade) para sanção do projeto de lei nº 4767/2025, devendo ser vetado integralmente por inconstitucionalidade formal.

Assim, orientamos o veto integral ao projeto de lei por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do §1º do art. 72 da Lei Orgânica.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pelo **VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 4767/2025 EM RAZÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**, em razão de Violação do Princípio da Separação dos Poderes e por não ter cumprido os requisitos Constitucionais ao Processo Legislativo Municipal.”

Ante o exposto, essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei em causa, **POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES** a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 04 de agosto de 2025.

(assinado digitalmente)

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito



Assinado por **Leonardo Barreto De Moraes** - Prefeito - Em: 04/08/2025, 22:48:52